



FACULDADE DE CIÊNCIAS GERENCIAIS DE MANHUAÇU

**RESSIGNIFICAÇÃO DE ESPAÇOS PÚBLICOS E SUA CONTRIBUIÇÃO NA
REQUALIFICAÇÃO DA CIDADE: UM ESTUDO DO PARQUE DE EXPOSIÇÕES E
EVENTOS DE MANHUAÇU-MG**

Bruna Agda Cezário Tuelher

Manhuaçu-MG

2018

RESSIGNIFICAÇÃO DE ESPAÇOS PÚBLICOS E SUA CONTRIBUIÇÃO NA REQUALIFICAÇÃO DA CIDADE: UM ESTUDO DO PARQUE DE EXPOSIÇÕES E EVENTOS DE MANHUAÇU

*Bruna Agda Cezário Tuelher
Prof. Wagner de Azevedo Dornellas.*
Curso: Arquitetura e Urbanismo Período: 9º Área de Pesquisa: Urbanismo e Paisagismo

RESUMO: O presente artigo levanta a realidade dos espaços públicos na cidade de Manhuaçu (MG) frente aos conflitos oriundos de seu mau ou inexistente planejamento urbano, bem como sua importância para a imagem da cidade e a necessidade atual de sua preservação e recuperação. O local escolhido para enfatizar o estudo situa-se próximo à rodovia BR 262, onde atualmente é utilizado como parque de exposição para festividades locais, contudo, de uso esporádico, se encaixa em mais um dos espaços subutilizados no município. Percebe-se que na cidade há escassez de locais públicos planejados de interesse social e cultural e, por isso, uma boa parte da população procura atividades ao ar livre em áreas improvisadas e muitas vezes perigosas. O objetivo deste trabalho foi chegar ao conhecimento específico acerca das consequências de um espaço mal utilizado e os benefícios de um local bem planejado e estruturado para sua população usuária. Para tanto, foi realizada uma pesquisa exploratória utilizando-se de método qualitativo descritivo a partir de pesquisa bibliográfica, diagnósticos do sítio, análise cartográfica e iconográfica e análise urbana com técnicas apropriadas. Observou-se que o parque apresenta subutilização ao longo do ano, entorno com uso e ocupação variado, sobretudo residencial e comercial, infraestrutura e acessos inadequados, embora localizado próximo a rodovias e em uma região que é vetor de expansão da malha urbana. Diante do exposto, concluiu-se que o parque de exposição pode servir de estímulo para as potencialidades do município, mas para tanto, é necessário provê-lo de condições adequadas para realização de shows e também para outros tipos de usos necessários à população, tornando-o multifuncional, democrático, mais seguro e acessível a todo o tipo de público durante todo o ano e não apenas em eventos esporádicos.

Palavras-chave: Parque urbano, Espaço público, Requalificação, Lazer.

1. INTRODUÇÃO

O atual cenário dos poucos espaços públicos existentes no Brasil está longe de ser o ideal para um melhor aproveitamento da população. Ao contrário, estes são caracterizados como lugares propícios a violência, precários em infraestrutura urbana e áreas verdes, além do fato de na maioria das vezes se encontrarem degradados e utilizados inapropriadamente. Isto se deve ao crescimento acelerado e desordenado das cidades contemporâneas, proveniente da falta de planejamento urbano e, consequentemente, um parcelamento inadequado do solo, ambos alinhados com uma gestão pública precária (SERPA, 2007).

Em cidades de pequeno porte este cenário é recorrente, como no caso de Manhuaçu, Minas Gerais. Localizada na Zona da Mata do estado, sua população é de 88.580 habitantes (IBGE, 2017). É tida como uma cidade influente na região, porém demonstra carência de espaços verdes e escassez de áreas públicas de interesse social e cultural acessíveis à população manhuaçuense. Atualmente moradores encontram-se obrigados a apropriarem-se de espaços públicos precários em relação à infraestrutura e segurança na cidade, tais como ciclovias e áreas de vivência improvisadas na rodovia BR 262, a fim de conseguirem realizar atividades relacionadas ao bem estar pessoal, especialmente as voltadas para o esporte e a cultura.

Perante exposto, percebe-se a necessidade de buscar respostas para a questão central pertinente ao contexto apresentado, sendo ela: Quais características são necessárias à conformação de um espaço público urbano para que este estimule a potencialidade do município de forma a alcançar uma ressignificação e uma democratização de áreas desta tipologia?

Levando em conta tal questionamento e seu contexto, percebe-se que o parque de exposições e eventos de Manhuaçu denominado “Prefeito Fernando Maurílio Lopes” possuiria, a priori, potencial para oferecer respostas relevantes ao problema levantado, ressignificando-o como um possível Parque Urbano na cidade. Atualmente, tal local é destinado apenas à realização de eventos e shows esporádicos. Situado no Bairro Ponte da Aldeia, encontra-se em uma área de expansão do município, e de fácil acesso a rodovia BR 262. O local possui ainda uma, vizinhança carente e de baixa renda onde a falta de iniciativas que viabilizam uma apropriação de qualidade do espaço público é realidade em seu meio.

Tendo em vista este cenário, o presente estudo visa levantar os benefícios sociais, culturais e físicos que a inserção de espaços abertos qualificados traz para uma cidade e sua população, independente de sua formação e classe social, como afirma Macedo (2010). Para tanto, pretende-se pesquisar o tema, levantar dados e realizar estudos do local, assim como técnicas e estudos que servirão de embasamento para a propositura de uma intervenção urbanística no Município de Manhuaçu, por meio da ressignificação e reestruturação do parque existente.

2. DESENVOLVIMENTO

2.1. Parque Urbano e as cidades

2.1.1. Espaço Público: diversidade, relevância e algumas definições.

O espaço público, em sua própria essência, é visto como todo e qualquer local de uso e posse de todos os cidadãos e tem como característica fundamental servir de ponto de encontro e relações interpessoais na cidade, em qualquer

momento. Ademais, é caracterizado por ser local democrático, ao facilitar o convívio e intercambio entre os diversos grupos que compõe a heterogênea sociedade urbana, não importando as diferenciações impostas pela comunidade (ARROYO, 2007).

Segundo Lynch (1988), o espaço é o local principal em que se forma a imagem da cidade, já que é por ela que os habitantes transitam e tem a oportunidade de observá-la e entende-la.

No âmbito físico o espaço público pode ser entendido como um “vazio” urbano em meio às construções existentes nas cidades. Na maioria dos casos é onde a vegetação torna-se protagonista e os feitos históricos, artísticos e culturais são referenciados por meio de monumentos, obras e esculturas instaladas no local. O espaço público também abriga aquilo que é mais conhecido por mobiliário urbano, ou seja, equipamentos que facilitem seu uso, como, lixeiras, bancos, luminárias, sinalizações em geral, pontos de ônibus, entre outros (ALOMÁ, 2013).

Somado a isso, segundo Almá (2013), o espaço público abrange toda estrutura necessária para funcionamento do serviço urbano que garanta a habitabilidade. É o local por onde passam e se desenvolvem redes de transporte, de infraestrutura viária, e técnicas, sejam estas na superfície, subterrâneas ou sem fio.

Em vista disso, comprehende-se que o espaço público é local comum, ou seja, pertence aos cidadãos e é regido pela administração pública, a qual atribui ao Estado a sua manutenção em prol de garantir o direito universal da cidadania em seu uso e usufruto, respeitando a hierarquia no ordenamento urbano, onde o foco é no bem comum (MACEDO, 2010).

Dentre os espaços que conformam o espaço público tem-se variadas tipologias e funções, sendo elas; ruas, avenidas, calçadas e até mesmo, jardins, praças e parques. Estes locais não só compõe o cenário da cidade como são responsáveis pela primeira percepção do lugar patrimonial, proporcionando uma aproximação ou rejeição da cidade em si (ALOMÁ, 2013).

A forma como a estrutura de um espaço público urbano é planejada e mantida influencia não só o olhar dos cidadãos para com ele como determina todo funcionamento da cidade. Isto se deve pelo fato de que as pessoas tendem a se afastarem de lugares que não estimulem seu uso, fazendo com que haja um desequilíbrio de uso em horários e lugares cada vez mais esquecidos, inseguros, propícios à violência e criminalização ou invadidos e mal utilizados (GEHL, 2013).

A cidade tradicional é cada vez menos usada em seu sentido de socialização através de seus espaços públicos que ofereceram em suas origens a possibilidade de interagir com o outro, de fazer confluir a diversidade, de poder cruzar-se numa rua ou praça com os vizinhos, de serem aproveitados por crianças e jovens. As possibilidades de intercâmbio se reduzem, em grande parte, acentuadas pela insegurança que provoca o ambiente imediato e, portanto, aumenta o sentimento de individualidade. Os vizinhos não se conhecem, as crianças não brincam na rua e nem suas escolas estão no bairro. A vida é feita a portas fechadas, acabando com a socialização (ALOMÁ, 2013).

Tal sucateamento dos espaços públicos clarifica o surgimento da “agorafobia urbana”, que como explica Borja (2000), é uma doença de classe, haja vista que por medo a classe dominante abandona os espaços públicos, constroem espaços privados e, por possuírem maior poder político e econômico, tira o foco das ações públicas, uma vez que não são diretamente beneficiados. Em contra partida os pobres e marginais mesmo sendo alvo da violência urbana não podem se dar ao

luxo de negligenciar tais espaços, pelo contrário, se apropriam cada vez mais de locais inseguros sem os devidos aparatos para realização de atividades necessárias ao seu bem estar.

Os espaços públicos desempenham assim papel fundamental no cenário de recuperação urbana, visto que à medida que são requalificados, zonas antes esquecidas tem seus conflitos extintos e passam a atrair mais pessoas e recursos, resultando na criação de espaços destinados a prática da cidadania e democracia (GEHL, 2013).

É perceptível, apesar de em pequena escala, a evolução ocorrida na formulação da qualidade dos espaços públicos, uma vez que, se para muitos estes espaços conservavam um papel secundário, hoje já são compreendidos como cruciais para o desenvolvimento das cidades e sua integração com a comunidade (GEHL, 2013).

Antes de outras considerações, é fundamental garantir uma razoável proteção contra riscos, ferimentos físicos, insegurança e influências sensoriais desagradáveis, e contra os aspectos negativos do clima, em especial. Se apenas uma dessas questões em relação à proteção não for atendida, não tem sentido observar as outras qualidades. O próximo passo é garantir que os espaços ofereçam conforto e atraiam as pessoas para as mais importantes atividades; entenda-se através do uso do espaço público – caminhar, permanecer, sentar, olhar, conversar, ouvir e ainda atividades de auto expressão. Ponderações sobre a situação durante o dia e a noite, bem como ao longo das quatro estações do ano são, naturalmente, parte do trabalho com vistas a otimizar o espaço da cidade (GEHL, 2013, p. 238).

Os espaços necessitam encaixar-se em princípios que os qualificam como sendo bons ou não para uso e usufruto dos cidadãos. Tendo em vista, os urbanistas dinamarqueses Gehl, Gemzoe e Knae (2006), criaram os 12 critérios para definir um bom espaço público, sendo eles, respectivamente; proteção contra o tráfego, segurança nos espaços públicos, proteção contra experiências sensoriais desagradáveis, espaços para caminhar, espaços de permanência, ter onde se sentar, possibilidade de observar, oportunidade de conversar, locais para se exercitar, escala humana, possibilidade de aproveitar o clima, boa experiência sensorial.

Tais características evidenciam a importância de um planejamento urbano não se ater a armadilha de analisar e contemplar os usos da cidade um por vez e em suas determinadas categorias. De maneira oposta, é importante para compreensão e dinâmica da cidade proporcionar a esses espaços combinações e misturas de funções e não criar espaços de usos separados (JACOBS, 2011).

O distrito, e sem dúvida o maior número de segmentos que o compõem, deve atender a mais de uma função principal; de preferência a mais de duas. Estas devem garantir a presença de pessoas que saiam de casa em horários diferentes e estejam nos lugares por motivos diferentes, mas sejam capazes de utilizar boa parte da infraestrutura (JACOBS, 2011, p. 167).

O primeiro passo em um planejamento que busque a inclusão de novos usos é entender qual é o problema fundamental a ser resolvido no local, só assim define-se novos usos que irão atrair mais pessoas em mais horários dando novo significado ao espaço e proporcionando diversidade e segurança a todo contexto requalificado. Esse novo uso, ou usos, não podem atuar em sentido contrário ao uso principal e

sempre deve combinar com o perfil do espaço. Tal iniciativa gera um resultado economicamente estimulante para cidade e de ambientes propícios à diversidade derivada (JACOBS, 2011).

Notoriamente, existem outras minúcias envolvidas no dia-a-dia de uma cidade, como o abismo da distribuição de renda, os conflitos da sobrevivência e da violência em geral, a má formação da cidadania e a carência da educação. Porém este estudo explora o que cabe ao arquiteto urbanista fazer, no âmbito do urbanismo aliado ao paisagismo, para a saúde dos cidadãos. A inserção de parques públicos no meio urbano torna-se assim instrumento fundamental para demonstrar que a cidade também é casa, lar, aquilo que o cidadão quer conservar e não ver ser destruído.

2.1.2. Parques Urbanos: conceito, histórico e características.

Segundo Kliass (2010, p. 7) “O parque urbano é um produto da cidade na era industrial”. Surgiu a partir do século XIX como iniciativa de atender a demanda necessária de espaços públicos que a sociedade em plena mutação necessitava para realização de atividades destinadas ao lazer e socialização (MACEDO, 2015).

A paisagista Rosa Kliass em suas pesquisas acerca do assunto definiu parque urbano como sendo “[...] espaços com dimensões significativas e predominância de elementos naturais, principalmente cobertura vegetal, destinados à recreação.” (KLIASS, 1993, p. 19).

Atualmente, as mudanças de hábitos e o aumento de moradores no meio urbano fazem com que haja o crescimento, ainda que devagar, da propagação de inúmeros projetos de requalificação urbana, impulsionado pela demanda por mais espaços recreativos e de preservação ambiental. Somado a isso, com a introdução da vertente paisagística no planejamento, a temática do Parque Urbano vêm representando papel crucial no processo de desenvolvimento e projetos urbanísticos da cidade (MACEDO; SAKATA, 2010).

Em adendo a este parâmetro, percebe-se que os parques urbanos são considerados por seus idealizadores como uma dádiva conferida à população, especialmente as carentes. Porém é necessário inverter este raciocínio e pensar nos parques como sendo locais carentes que necessitam da dádiva da vida para sua aprovação. Tal fato comprova-se visto que as pessoas ao utilizarem dos espaços conferidos aos parques os transformam em um sucesso, ou do contrário, não os usam e os condenam ao fracasso (JACOBS, 2011).

Os parques são administrados por órgãos municipais, estaduais e federais. O setor municipal é visto como principal, por conseguir administrar de mais perto os logradouros de sua responsabilidade, que apesar de menores, tendem a ser de qualidade superior e em maior número. Os logradouros de responsabilidade estadual apresentam manutenção inferior por serem órgãos com interesses mais difusos. Têm-se também os órgãos regulamentadores e criadores de espaços públicos que são fundados para facilitar o surgimento de mais espaços abertos qualificados, tirando tal encargo de setores do governo responsáveis pela construção (MACEDO; SAKATA, 2010).

As iniciativas privadas também desenvolvem importante papel no aumento de espaços públicos nas cidades, visto que vendo a carência de lugares públicos destinados ao lazer, encontram em tal tipologia possibilidades de investimento e valorização de suas marcas. Essa iniciativa privada faz crescer principalmente os parques temáticos, representados pelos parques de diversão e espaços de eventos

maiores. Tal investimento pode vir tanto de iniciativas somente privadas, como de parcerias com o setor público (MACEDO; SAKATA, 2010).

São muitas as constatações sobre Parque Urbano e sua função na cidade, porém atualmente uma de suas importâncias está em equilibrar o processo de urbanização atual preservando o meio ambiente, além de delinear novos contornos culturais e estéticos em seu perfil, entorno e identidade urbana, levando em conta seus diferentes tempos, funções e usos (KLIASS, 1993).

É comum, quando se fala de parques, ter como primeira imagem um local com relva verde bucólica e extensa, com lago sinuoso, pontes românticas, bosques densos entre outros. Porém, além dessa visão estereotipada, o parque urbano em toda sua história mostrou-se ser elemento dinamizador e de constante processo de recodificação (KLIASS, 1993).

Segundo Macedo; Sakata (2010), as características apresentadas hoje pelos parques são fruto de um processo evolutivo com origem nos jardins da antiguidade. O parque passa a se propalar com mais expressão após a revolução industrial, com o intuito higienista de sanear a cidade poluída e, posteriormente, foi apropriado como elemento de ostentação das elites. Acompanhando a evolução urbana acelerada dos dois últimos séculos, apresenta, hoje, um acento na questão da recreação e lazer das cidades, sem deixar de ser a representação de valores culturais e sociais de uma comunidade urbana.

O desenvolvimento das linhas de projeto paisagístico dos parques públicos brasileiros sofreu grandes mudanças ao longo de seus quase 200 anos de existência, sempre apresentando novas soluções para as condições que a sociedade propõe. Essas alterações podem ser identificadas em dois aspectos: o programa e a forma. O programa de atividades refere-se às possibilidades de uso que o parque oferece a comunidade. Já a forma é o suporte físico que acomoda o programa e estrutura os espaços que conterão os equipamentos. Quando tais aspectos são trabalhados em conjunto por profissionais diversificados, acabam por direcionar a criação do parque, suas determinadas características e classificações. Ainda segundo Macedo; Sakata (2010, p. 61): “A classificação foi e é um instrumento para o estudo, para a crítica, para a descoberta de um universo projetual muito mais rico do que se supõe”.

No século XIX a sociedade influenciada pela cultura europeia, estimulava a criação de logradouros europeizados de caráter contemplativo, denominados ecléticos, com fontes, quiosques, pórticos, pontes, eixos etc. Porém com o passar dos anos esse modo de projetar aos poucos se torna obsoleto perante as novas necessidades de lazer da população. Vários destes logradouros passam por reformas, mas, na maioria dos casos conservam seu caráter e se mantêm como locais vivos e atraentes, como ponto de referência nos centros urbanos (KLIASS, 1993).

No século XX, uma nova corrente de pensamentos e hábitos estimula a ruptura do Ecletismo, mediante a proposição de ambientes funcionais e arrojados influenciados pelo movimento moderno. A valorização das atividades culturais e recreativas ao ar livre é um exemplo dessas mudanças que incentivaram o aparecimento de museus, bibliotecas, áreas de convívio familiar equipadas com quadras esportivas, playgrounds, áreas para piqueniques. O ideal de cenário contemplativo persiste durante esse período, porém o foco para diversidade de usos no parque faz dele um local de lazer para todas as faixas etárias e sociais, pois proporciona além do lazer contemplativo, também o cultural, esportivo e educativo (MACEDO; SAKATA, 2010).

No final do último século, a linha projetual contemporânea reincorpora a ornamentação, e em sua liberdade permite a criação de todo tipo de cenário através da junção de todos os outros estilos posteriores, se atendo a espaços contemplativos e ornamentais, unidos a espaços funcionais, destinados às atividades de lazer e recreação da comunidade, especialmente as áreas que englobam equipamentos destinados ao cuidado com o corpo, porém o conceito ecológico passa a ser instrumento importante de preservação da vegetação nativa dentro do meio urbano (MACEDO; SAKATA, 2010).

Atualmente, existem várias tipologias de parques, podendo estes serem contemplativos, recreativos, ecológicos e temáticos. Espaços comuns em cidades pequenas são os chamados pesqueiros, nos quais acomodam grandes lagos normalmente centralizados e arborizados, destinados a pesca. Além disso, em alguns casos com áreas extensas para prática de piqueniques e pequenos eventos, tendo estruturas feitas para suprir necessidades dos visitantes, como sanitários, playgrounds e restaurantes (MACEDO, 2015).

A maioria dos parques urbanos é pensada para espaços antes abandonados, que passam a receber adaptações modestas visando baixo custo e maior atração de pessoas para o local. São exemplos destes; riachos, velhas chácaras, parques privados antigos, entre outros. Tais espaços recebem quadras, playground, vegetação, gramados, espaços adaptados para atividades coletivas e de socialização. Porém, são poucos os parques que recebem um planejamento requintado como antes e possui um programa que vise realmente às necessidades da população. Isso se deve ao fato de em sua concepção não existir realmente um planejamento cuidadoso dos espaços destinados para tal (JACOBS, 2011).

O objetivo principal de um Parque Urbano de uso genérico e comum é sempre atrair o maior número e tipos de pessoas em variados horários e propósitos. Para tanto, é necessário incluir em seu planejamento quatro elementos, sendo eles, complexidade, centralidade, insolação e delimitação espacial (JACOB, 2011). Em contrapartida, existem fatores que colaboram para baixa qualidade de muitos logradouros e muitas vezes para sua destruição parcial ou total, como afirma Macedo; Sakata (2010, p. 55):

Atos de depredação pelos usuários e por vândalos, invasão de terras, poluição de águas, cessão de áreas para a construção de feiras de gado, construção de prédios públicos e grandes avenidas, desmatamento e devolução de áreas de parque a antigos proprietários fazem parte do cotidiano urbano. Projetos incompletos, amadorismo técnico, má vontade administrativa, corrupção, desvio de verbas, posturas incorretas diversas, algumas até de caráter messiânico, pois pretendem expulsar o usuário em favor da vegetação.

Dentre tais características necessárias a sua conformação têm-se em vista que os parques urbanos nada significam se forem separados de seus usos reais e concretos, ou seja, nada significam se separados das influências concretas, sendo elas boas ou más, dos bairros e dos usos que os afetam. Essa realidade de contexto de inserção também direciona o conhecimento sobre quais são os artigos de primeira necessidade e os problemas a serem superados (JACOBS, 2011).

Primeiro, uma generalização negativa: vista magnífica e paisagismo bonito não funciona como artigos de primeira necessidade; talvez "devessem", mas evidentemente não funcionam. Podem funcionar apenas como complemento. Por outro lado, a natação funciona como um artigo de primeira necessidade. E também a pesca, se houver

conjuntamente iscas à venda e barcos. Quadras de esportes também. E ainda festas, ou atividades que tenham esse caráter. Música (inclusive a gravada) e peças de teatro também servem como artigo de primeira necessidade. É curioso que se faça muito pouco uso dos parques para esse fim, já que a inserção espontânea da vida cultural faz parte da missão histórica das cidades (JACOBS, 2011, p.119)

Em acréscimo a tais atividades relatadas, como música, espetáculos e esportes, faltam aos parques urbanos atividades menores, que funcionem como "artigos de primeira necessidade" menos importantes. Um ônus comunitário incômodo, por exemplo, poderia transformar-se num vantagem singular ao bairro, visto que é necessária a busca por conhecer e entender hábitos costumeiros da comunidade, mesmo estes sendo incômodos ou não. Feito isso, direciona-se um planejamento para propor equipamentos e espaços adequados para realização de tais tarefas, como consequente, o logradouro terá o perfil do bairro e a chance de não obter sucesso torna-se mínima (JACOBS, 2011).

Frente ao exposto, fica marcada a importância dos parques urbanos que quando bem localizados e complexos, tornam-se áreas verdes que dão em troca a vizinhança prazer e alegria, em vez de sensação de vazio.

Devido ao crescimento acelerado e desordenado da maioria das cidades brasileiras a existência de locais livres para construção está cada vez menor, gerando com isso problemas como; espaços subutilizados, áreas desvalorizadas, ineficiência dos espaços urbanos e marginalização dos mesmos. Tendo em vista, o conceito de revitalização urbana, segundo Del Rio (1991), está inteiramente ligado às medidas urbanísticas que surgem com o objetivo de dar novo significado, uso e eficiência econômica e social a essas áreas.

A ressignificação das áreas urbanas é um fenômeno que nos últimos anos vem tomado seu lugar no planejamento urbanístico que passar a levar em conta principalmente, a preservação da água, desenvolvimento sustentável, valorização e ocupação de vazios urbanos, requalificação dos espaços, melhoria na mobilidade urbana dando importância a questão paisagística, logística e imobiliária (GROSSO, 2008). Junto a esses termos aparece ainda o fenômeno da "gentrificação":

[...] usado como eufemismo: revitalização, reabilitação, revalorização, reciclagem, promoção, requalificação e até mesmo renascença e por aí a fora, mal encobrindo, pelo contrário, o sentido original de invasão e reconquista, inerentes ao retorno das camadas afluentes ao coração da cidade [...] a gentrificação é uma resposta específica à máquina urbana de crescimento a uma conjuntura histórica marcada pela desindustrialização e consequente desinvestimentos das áreas urbanas significativas (ARANTES; MARICATO; VAINER, 2000, p. 30).

Entende-se por gentrificação a reinvenção urbana que acontece quando há primeiramente a união do setor público, privado e imobiliário que buscam investimentos em determinadas áreas, a fim de dar a elas caráter nobre e consequentemente valorizando áreas antes consideradas pobres ou periféricas, expulsando os moradores da região. Nas ultimas décadas esse processo vem deixando de ser apenas de leve interesse imobiliário e passa a ser fruto de uma política urbana, que contraria a proposta de requalificação para todos incita a conquista de uma classe sobre a outra (BOTELHO, 2005).

Frente a exposto, percebe-se que a requalificação de áreas urbanas deve ter em seu planejamento critérios funcionais, mas também políticos, sociais e

ambientais, a fim de unir a importância econômica e social no desenvolvimento das cidades.

De acordo com Macedo; Sakata (2010), os parques urbanos são grandes instrumentos para trazer qualidade ao espaço público, revalorizando as condições naturais dentro da paisagem urbana. Fortalecem a identidade cultural local e transformam estes espaços de pouca qualidade em locais de sociabilidade e contato com a natureza. Somado a isso, o parque como espaço urbano trás a garantia de uma cidade mais sustentável em vários aspectos ambientais e propostas para integração dos usos, mobilidade, áreas verdes e equipamentos institucionais.

2.2. Estudos de caso

Segundo GIL (1995), a realização dos estudos de caso visa levantar, através de uma análise qualitativa, as características e os elementos que possam subsidiar o programa de necessidades que irá compor a proposta de intervenção na área do parque exposições no Bairro Ponte de Aldeia em Manhuaçu através do parque urbano. Para isso foram escolhidos o Parque da Integração Zilda Arns e o Parque da Juventude, ambos em São Paulo.

2.2.1. Parque da Integração Zilda Arns

O Parque da Integração Zilda Arns, em São Paulo é um exemplo exitoso de recuperação de uma área subutilizada a espera de desenvolvimento. Por abrigar a adutora de água Rio Claro da Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo (SABESP) enterrada em seu solo, apresentava-se como área degradada, com solo exposto, sem nenhum cuidado e identidade com a população (SANCHES, 2011) (figura 01).

FIGURA 01 - Demarcação da faixa livre subutilizada onde passa a adutora da SABESP



Fonte: Sanches (2011, p.71). Modificado pelo autor.

Segundo a SABESP, em 1988 a população já debatia a proposta de se implantar um parque no local como alternativa de melhor aproveitamento da faixa adutora. Em 2000, a Prefeitura de São Paulo cria o Programa de Ações Integradas com o propósito de promover melhorias na qualidade de vida de áreas com graves problemas sociais, e nesse contexto decidiu-se criar um parque sobre a faixa da adutora Rio Claro.

O Projeto é da “Escola da Cidade” - (Associação de Ensino de Arquitetura e Urbanismo de São Paulo - AEUSP). A participação da comunidade no desenvolvimento do projeto foi peça chave para alcançar o sucesso do parque. Por meio de reuniões e oficinas entre os agentes envolvidos, foi possível identificar quais

eram os principais anseios da população da região e traçar a estratégia de um plano que atenderia boa parte das necessidades apontadas (SANCHES, 2011).

O parque foi inaugurado em 2010 e é considerado o 4º maior parque linear do mundo, com uma extensão de 7,5 Km. Um fato interessante é de que a faixa adutora de água compreende outros dois corredores subutilizados, sendo eles; a linha de transmissão de alta tensão da AES Eletropaulo, e em outra parte, com uma área de servidão de um oleoduto da Petrobrás. Ambos locais somado a outros trechos de áreas vizinhas foram incorporados ao parque para colocação de uma praça de eventos e equipamentos de recreação e lazer como playgrounds, quadras esportivas, campos de futebol, entre outros (SANCHES, 2011) (figura 2).

FIGURA 2 - Imagem da área do parque implantado e vista de alguns trechos com áreas de lazer, pista de caminhada e ciclovía



Fonte – Sanches (2011, p.73).

2.2.2. Parque da Juventude

O Parque da Juventude é um complexo cultural, recreativo e esportivo, situado no bairro de Santana na zona norte da capital paulista. A construção encontra-se no local do antigo Complexo Penitenciário do Carandiru, onde historicamente foi marcado por violência e degradação social e urbana (KLIASS, 2006) (figuras 3 e 4).

FIGURA 3 - Imagem do presídio antes da implosão.



Fonte: Pereira (2017).

FIGURA 4 - Projeto do parque, por fotomontagem.



Fonte: Pereira (2017).

O Complexo Penitenciário do Carandiru foi desativado e implodido, parte em 2002 e o restante somente em julho de 2005. Este fato despertou o interesse

imobiliário no entorno, visto que uma vez que removido o presídio haveria a valorização dos imóveis mantidos. A esse fato, somou-se a localização da área, próxima ao centro da cidade, dotada de toda infraestrutura para que ocorresse a valorização ao seu entorno (SALES, 2005).

O parque cujo projeto é do arquiteto Gasperini e arquiteta paisagista Rosa Kliass, têm 240 mil metros quadrados e foi construído em parceria com a Secretaria Estadual de Esporte, Lazer e Turismo. O projeto foi dividido em três fases sendo construído em três etapas: Parque Esportivo, Parque Contemplativo e Parque Cultural respectivamente, sendo que a primeira etapa foi concluída em 2003, ano de inauguração do parque, sendo hoje considerado um modelo de ressignificação espacial urbana para o país, transformando um local marcado por histórias sofridas em um lugar de inclusão social passível de ser vivenciado por cerca de 80 mil pessoas que o frequenta mensalmente (KLIASS, 2006) (figuras 5 e 6).

Figura 5 - Implantação final do parque.



Fonte: Pereira (2017).

Figura 6 - Vista superior da construção em etapas do parque.



Fonte: Pereira (2017).

Em linhas gerais, esse projeto foi um meio encontrado para se regenerar um ambiente degradado e pouco utilizado, possibilitando meios de se criarem condições adequadas de moradias da população e a valorização e utilização de maneira sustentável dos recursos contidos no território através de um maior desenvolvimento econômico, devido os investimentos gerados na região e a valorização imobiliária (PEREIRA, 2017).

2.3. Metodologia

Para o desenvolvimento deste trabalho foi realizada uma pesquisa exploratória através do levantamento bibliográfico sobre as principais características e importâncias do espaço público na cidade contemporânea, com foco no objeto teórico parque urbano, o qual foi a tipologia escolhida para direcionar também estudos de caso realizados.

Realizou-se também uma pesquisa aplicada e qualitativa, a partir de análises e coletas de dados acerca do contexto de inserção do parque, englobando o município de Manhuaçu, assim como a área escolhida, o parque de exposições, no

Bairro Ponte da Aldeia. Tal pesquisa foi realizada, ainda sobre mudanças sofridas pela área nas últimas décadas, por meio de levantamento de dados em bibliografia disponível, pesquisa e análise cartográfica e iconográfica, assim como foi realizado uma análise urbana com levantamento de usos e fluxos da área, observando o comportamento ambiental de seus usuários.

2.4. Resultados e discussões

Tendo como base os conceitos estudados acerca do tema e a metodologia aplicada à pesquisa, tornou-se possível analisar a atual realidade dos espaços públicos existentes no município de Manhuaçu – MG e seus devidos aspectos físicos e sociais advindos do processo de expansão da cidade.

Com território de 627,281 km², distante 290 km da capital Belo Horizonte, Manhuaçu está inserido na bacia do Rio Doce, sendo banhada pelo rio Manhuaçu (figura 7). O município teve seu crescimento ligado a diversas frentes de expansões, tendo como principais o cultivo do grão do café e a proximidade com a rodovia BR 116 que corta o município juntamente com a BR 262 que ainda hoje representa papel fundamental na expansão do município que se desenvolve em seu entorno. Impulsionada pelas atratividades econômicas oferecidas, somadas à localização privilegiada em que se encontra, atualmente, a cidade se consolida como polo econômico de prestação de serviços e segundo a Prefeitura de Manhuaçu oferece a maior infraestrutura hoteleira para turismo da região Vertente do Caparaó.

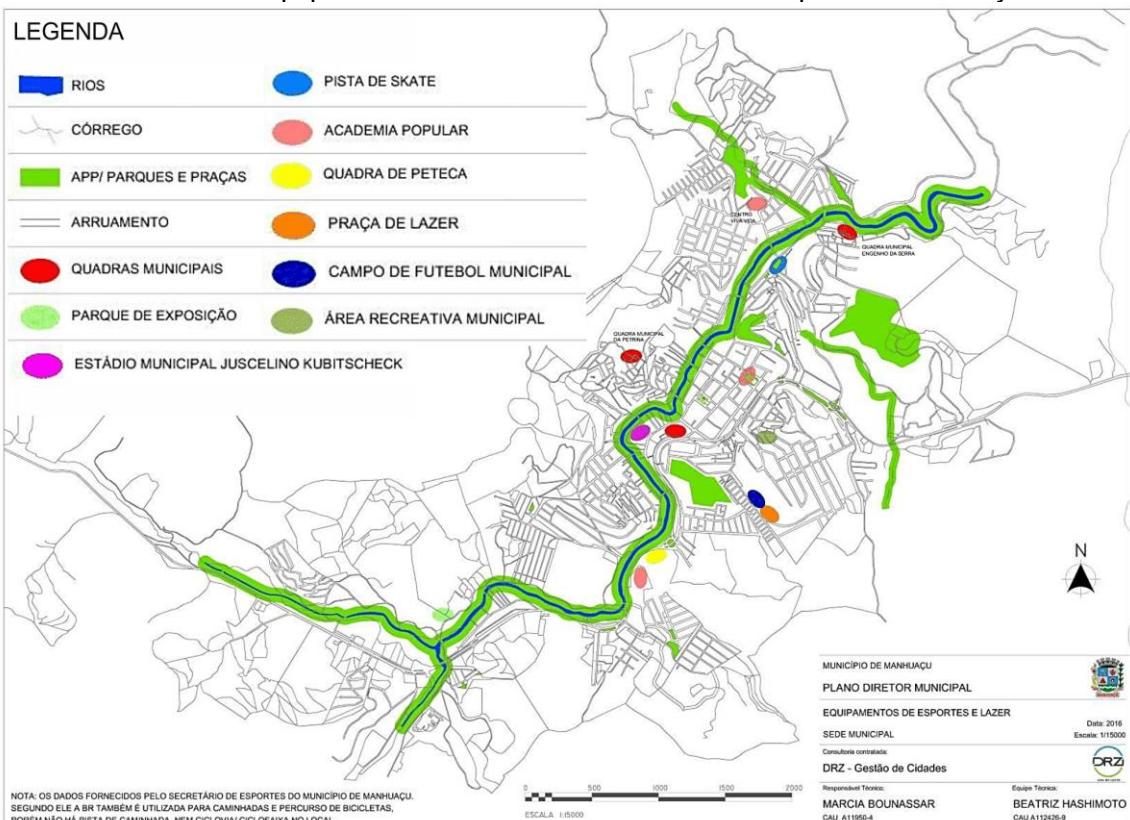
FIGURA 7 - Localização da cidade Manhuaçu, MG.



Fonte: Google Maps (2018). Modificado pelo autor.

Devido ao seu crescimento espontâneo e não planejado, Manhuaçu conta hoje com poucos espaços públicos destinados ao lazer, cultura e esporte e, em contrapartida, apresenta muitos espaços vazios subutilizados e não satisfatórios às necessidades da população (mapa 1). Segundo a Secretaria de Esporte e Lazer da Prefeitura de Manhuaçu, os locais existentes no município são em sua maioria representados por quadras, campos de bairros e academias populares, mas que mesmo assim não estão adequados às questões de acessibilidade universal além de possuir capacidade inferior ao espaço utilizado, obrigando os moradores a procurarem lugares alternativos e não equipados para a prática de tais atividades (figuras 8 e 9).

MAPA 01 - Equipamentos de lazer na sede do município de Manhuaçu.



Fonte: Manhuaçu - plano diretor municipal (2016, p.141). Modificado pelo autor.

FIGURA 8 - Ciclista em área inapropriada na BR 262.



Fonte: acervo pessoal (2018).

FIGURA 9 - Pessoas utilizando do gramado da avenida para fins de recreação e descanso.

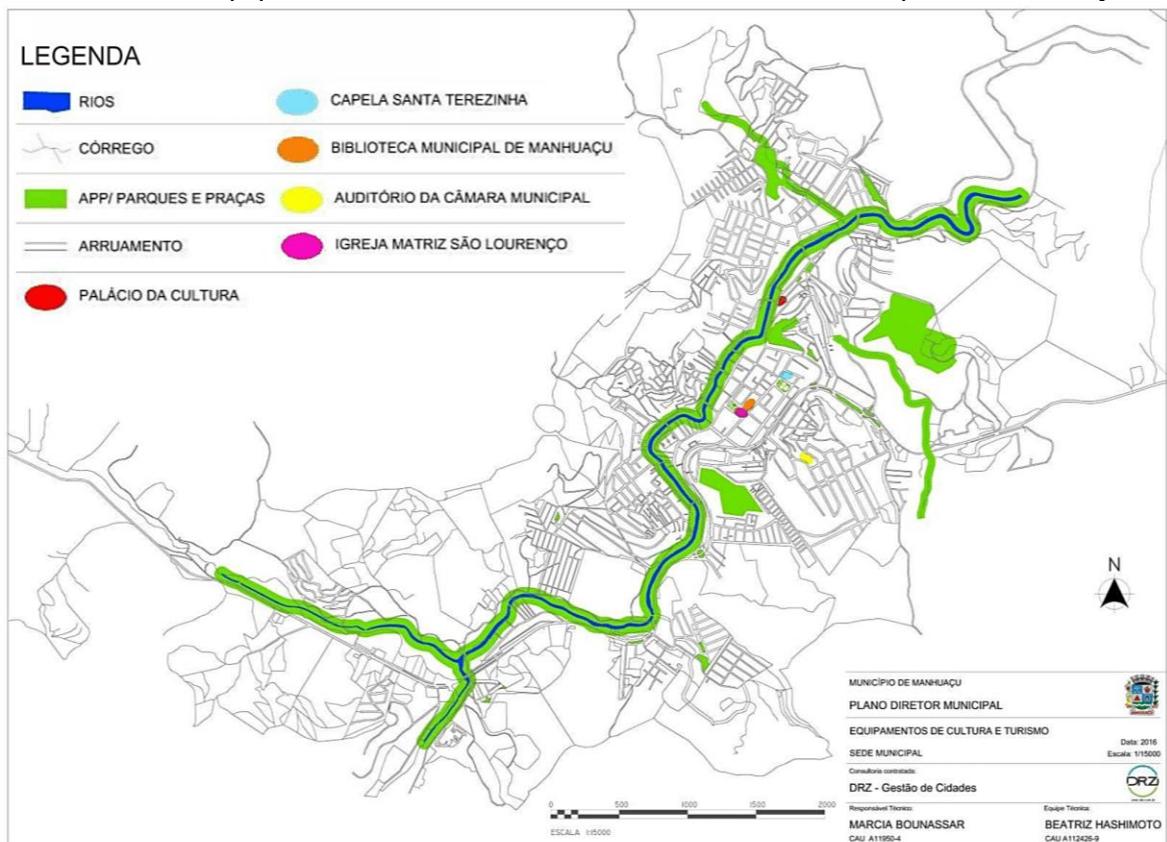


Fonte: acervo pessoal (2018).

Segundo a Secretaria de Turismo e Cultura, a cidade de Manhuaçu apesar de sediar diversos eventos culturais em toda sua história, como a Feira da Paz e a Feira Gastronômica, poucos são os espaços presentes que incentive a cultura em forma de lazer para seus moradores e visitantes (mapa 02). Porém, recentemente, no ano de 2016, foi aprovado o Plano Municipal de Cultura de Manhuaçu, que tem por objetivo fomentar a atividade cultural do município e torná-lo apto a receber recursos do Sistema Nacional de Cultura. Outro benefício recente é a criação do Fundo de Turismo, que permite o recebimento de verbas do ICMS Turístico (Imposto sobre

circulação de mercadorias e serviços), incentivando ainda mais o apoio a festas e eventos municipais.

MAPA 02 - Equipamentos de cultura e turismo na sede do município de Manhuaçu



Fonte: Manhuaçu - plano diretor municipal, 2016, p.139. Modificado pelo autor.

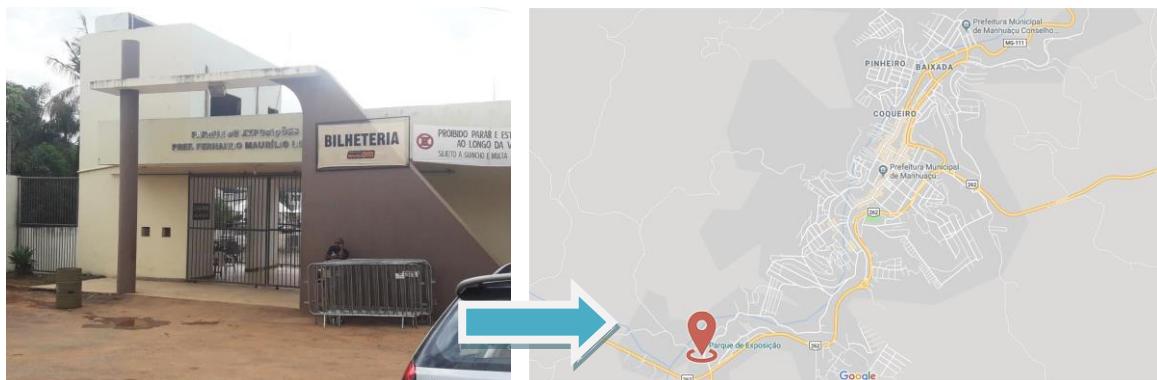
Atividades de lazer relacionadas ao ecoturismo também são vistas como importantes atrativos para população. As principais áreas para esse tipo de atividade são as reservas naturais, como o sítio arqueológico Pedra Furada, as reservas Monte Alverne, o Sítio Graciema, a Mata do Sossego e os balneários Recanto do Paraíso e a Cachoeira Sete. Esses locais são protegidos pela Associação dos Amigos do Meio Ambiente (AMA), organização fundada em 1987 (Manhuaçu, 2016)

Percebe-se dessa forma que o Município possui muitas potencialidades para o esporte, lazer e cultura, no entanto, não há parques e as praças equipadas são poucas, evidenciando a necessidade de dotar a cidade e as sedes de distritos desse tipo de equipamento público para ampliar o lazer.

Tendo em vista essas e outras necessidades presentes no município, em 2016 foi elaborado o Plano Diretor Municipal de Manhuaçu, estando atualmente na fase de revisão, que tem como objetivo principal a organização dos espaços públicos assim como seu uso e ocupação de modo a privilegiar a melhoria na qualidade de vida da população do município, considerando a promoção da equidade e justiça social, da eficiência administrativa e da qualidade ambiental.

Baseando-se na realidade retratada, a área de estudo foi delimitada buscando analisar o entorno imediato do parque de exposições de Manhuaçu, no bairro Ponte da Aldeia, bem como as áreas de interesse próximas ao sítio e suas potencialidades. Tal escolha justifica-se por ser um terreno de grande extensão, bem localizado e de fácil acesso, porém de uso esporádico, sendo assim mal aproveitado por não apresentar uma diversidade de usos e funções para população (figura 10).

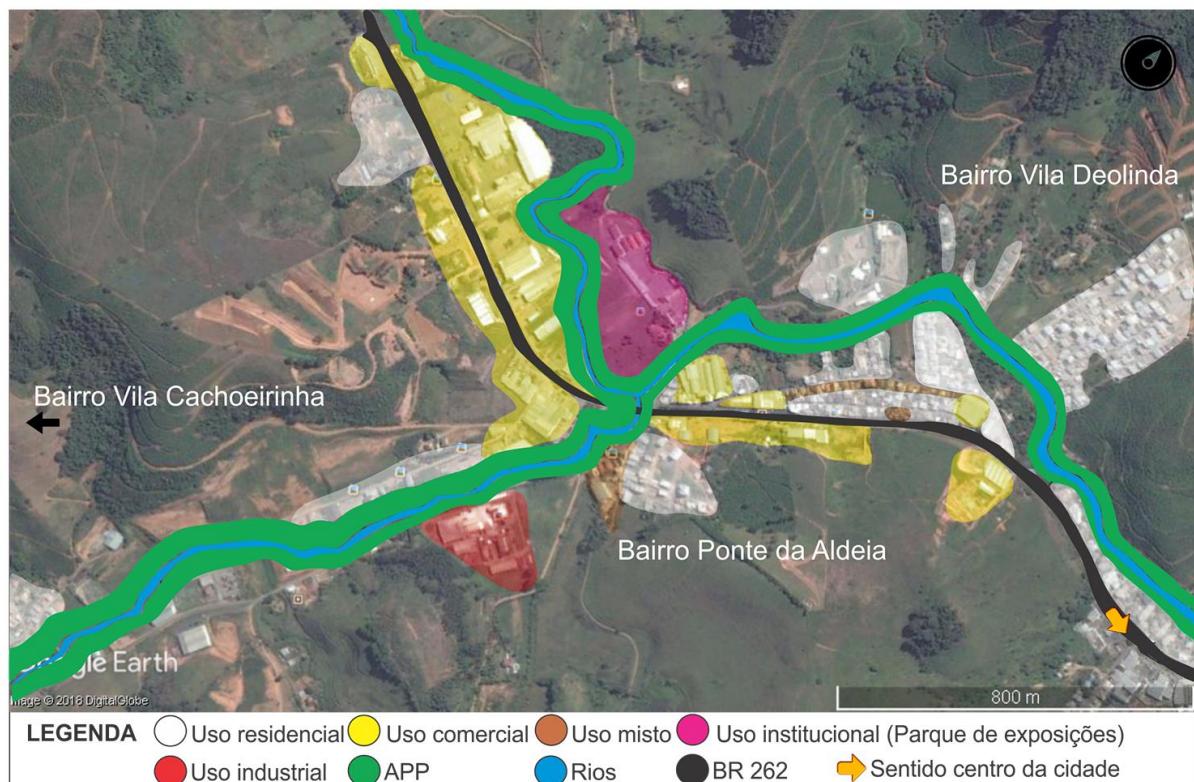
FIGURA 10 - Entrada principal do parque de exposição e sua localização na malha urbana.



Fonte: Arquivo pessoal (2018) e Google Maps (2018). Modificado pelo autor.

O local configura uma área circundada por bairros de maior uso residencial e comercial (mapa 03), porém são bairros que ainda apresentam precária infraestrutura urbana, como o próprio bairro Ponte da Aldeia, o Bairro Vila Deolinda e o Bairro Vila Cachoeirinha onde ainda predominam características da zona rural, com ruas mal pavimentadas, iluminação precária e principalmente falta de logradouros públicos para recreação obrigando os moradores, especialmente as crianças, utilizarem apenas das ruas para satisfazerem suas necessidades de lazer.

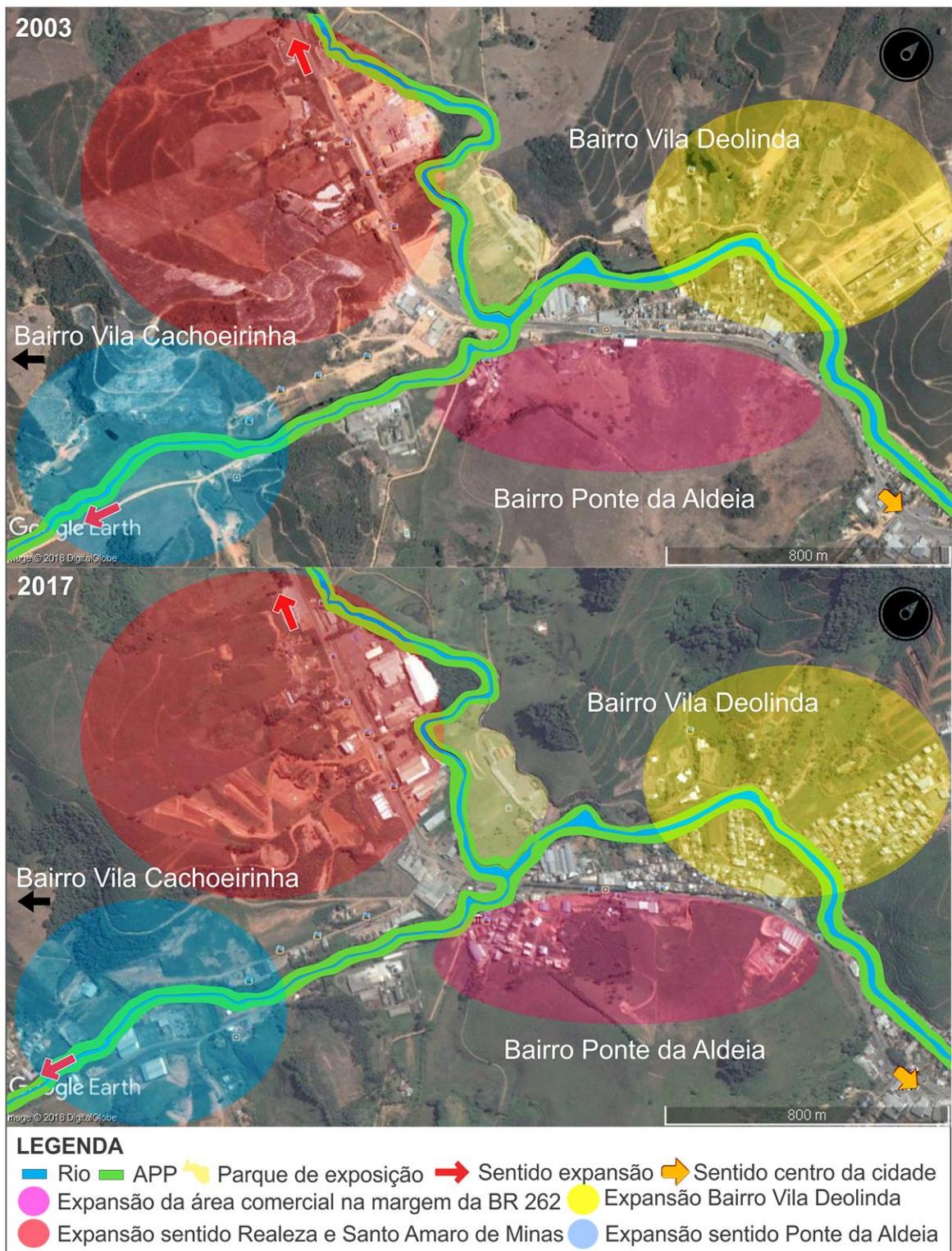
MAPA 03 - Usos do solo no entorno do parque de exposições.



Fonte: *Google Earth* (2017). Modificado pelo autor.

Em contrapartida, devido sua proximidade com a rodovia BR 262, o entorno do parque de exposição demonstra estar em pleno processo de expansão, principalmente no que se diz respeito ao âmbito comercial, e consequentemente em seu uso residencial, apresentando novos loteamentos planejados próximos à área aqui apresentada (mapa 04).

MAPA 04 - Vetores de expansão do Município de Manhuaçu com foco no entorno do Parque de exposições. Comparação feita por imagens de satélite do ano de 2003 e 2017.



Fonte: *Google Earth* (2017). Modificado pelo autor.

Outra característica que potencializa a localização do parque de exposição de Manhuaçu é sua proximidade com extensas áreas vazias tendo em seu entorno mata fechada e os rios Manhuaçu e São Luíz, respectivamente. Essa localização proporciona ao terreno a chance de se tornar exemplo de intervenção ambiental,

além de mostrar para cidade que cresceu as margens do Rio Manhuaçu desobedecendo à área de preservação ambiental, a importância de um planejamento adequado que propõe áreas arborizadas no meio urbano, não só por questões estéticas, mas como meio de recuperação ambiental do município.

Apesar de distante do centro da cidade o fácil acesso a área do parque também é algo a ser destacado, haja vista que atualmente dos 9 itinerários existentes nos ônibus circulares, 6 deles passam pela área, representando cerca de 67% do total, como afirma a empresa União, responsável pela frota. Além dos circulares, há outras linhas que ligam as cidades próximas ao município, e pelo fato da Rodovia BR 262 estar próxima ao espaço analisado, facilita não só para moradores de Manhuaçu como também para visitantes.

O parque de exposições é responsável por sediar eventos de extrema importância para a cidade, como é o caso da Feira da Paz que segundo a Secretaria de Cultura de Manhuaçu é visto como o principal evento do Calendário Municipal de Difusão Cultural e Turística da cidade. Para este evento a estimativa diária de público é de 10.000 (dez mil) pessoas, incluindo cidadãos manhuaçuenses e turistas, especialmente das cidades vizinhas e de outros Estados da Federação (figura 11). Além dos shows artísticos o local ainda recebe exposições, como a Expo Agro Manhuaçu, além de rodeios e também parques de diversão itinerantes.

FIGURA 11 – Show da dupla “Bruno e Marrone” na 38ª Feira da Paz de Manhuaçu, com público de 14 mil pessoas. Segundo os organizadores plateia superior a todos os shows já realizados no espaço.



Fonte: Antunes (2017). Modificado pelo autor.

De acordo com informações coletadas junto à Secretaria de Cultura e Turismo do município pôde-se fazer o calendário de eventos acontecidos na área do parque de exposição no ano de 2017 (tabela 01). Com isso constatou-se que o parque foi utilizado pelo município apenas 30 dias durante todo ano, sendo que a maioria dos eventos realizados na área foram eventos de acessos pagos ou até mesmo fechados para um público específico, como as comemorações dirigidas por bancos, por exemplo. Traduzindo essas informações em porcentagens, esse fato representa que, em média, 91 por cento dos dias do ano o Parque de Exposição se caracteriza por ser um logradouro inutilizado e, com isso moradores de bairros ao redor se

apropriam da extensa área verde e também de estruturas presentes no local para realização de atividades pertinentes a eles tais como jogar futebol em um campo improvisado no gramado e também para exposição de pássaros de criadores da região, fatos que se repetem todos os finais de semana (figura 12).

TABELA 01 - Eventos realizados no Parque de Exposição de Manhuaçu em 2017

Mês	Eventos	Nº de dias
JANEIRO	Nenhum	0
FEVEREIRO	Nenhum	0
MARÇO	Nenhum	0
ABRIL	Simpósio da Cafeicultura das Matas de Minas – dias 04 a 06	3
	Festival de Música – dia 15	1
MAIO	Show Naiara Azevedo – dia 06	1
	Concurso de Marcha – dia 19	1
	10º Encontro Nacional de Motociclistas – dias 26 a 28	3
JUNHO	Show do Rapa – dia 02	1
	Festa Junina – dias 17 e 18	2
JULHO	Festa do banco Sicoob – dia 11	1
AGOSTO	Show Wesley Safadão – dia 09	1
	Aniversário banco Sicoob – dia 22	1
SETEMBRO	Baile do Dennis Dj – dia 16	1
OUTUBRO	Show Maiara e Maraisa – dia 07	1
NOVEMBRO	Feira da Paz – dias 01 a 05	5
	Circo Máximus – dias 24 a 30	7
DEZEMBRO	Confraternização dos sindicalistas – dia 17	1
Total:		30

Fonte: Secretaria de Cultura e Turismo do município de Manhuaçu-Mg (2018).

FIGURA 12 - Estrutura oferecida pelo parque e suas apropriações.



📍 Edificações existentes 🎀 Área exposição de pássaros ⚽ Campinho de futebol

🚗 Estacionamento improvisado 🌊 Rio 🟧 Ruas de acesso ao parque

Fonte: Portal Manhuaçu (2018). Modificado pelo autor.

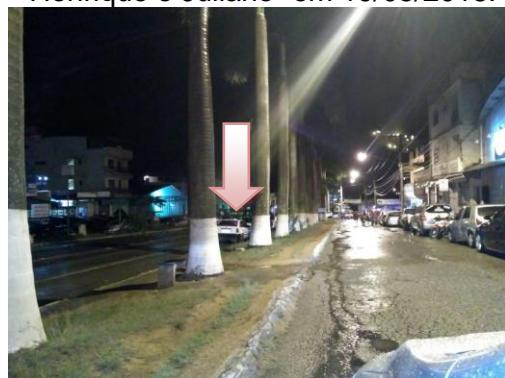
Haja vista a grandiosidade dos eventos e consequentemente o número de pessoas atraídas para a área, faz-se necessário além da contratação de empresas responsáveis pela segurança do local para inserção de saídas de emergência e sinalizações adequadas, também pensar-se na infraestrutura oferecida, que atualmente encontra-se insatisfatória tornando-se uma das reclamações mais recorrentes por usuários do parque. Devido a essa falta de infraestrutura o parque de exposições de Manhuaçu, em dias de eventos, gera conflitos na malha urbana de seu entorno, especialmente nas margens da BR 262, que passa a ser utilizada como estacionamento irregular e, em muitos casos se apropriando até de acostamentos da avenida pra esse fim, representando perigo aos transeuntes. (figuras 13 e 14).

FIGURA 13 - Estacionamento irregular as margens da BR 262 no show da dupla “Henrique e Juliano” em 19/05/2018.



Fonte: Acervo pessoal (2018).

FIGURA 14 - Carro estacionado no acostamento da BR 262 no show da dupla “Henrique e Juliano” em 19/05/2018.



Fonte: Arquivo pessoal (2018).

Novamente segundo a Secretaria de Cultura e Turismo, a área do parque de exposição não pertence ao município e sim ao Sindicato dos Trabalhadores Rurais, obrigando a prefeitura a pagar aluguel mensalmente e limitando possíveis reformas no local pelo fato de que a administração municipal não pode reformar o que não lhe pertence e como não é de uso do sindicato, o proprietário, o mesmo não tem interesse em fazer às adequações necessárias a área. Visto isso, somado a pouca utilização e diversidade de usos e funções, como supracitado, a insegurança passa a ser característica da área por se tornar local propício a roubos e furtos evidenciando a necessidade de uma intervenção em tal espaço.

Como visto nos estudos de caso, a implantação de parques urbanos foi usada como instrumento regenerador de áreas degradadas ou pouco utilizadas quando ela estimulou a participação da comunidade e cuidou para que o espaço e tudo que o compunha tivesse a identidade da população. Os parques Integração Zilda Arns e o da Juventude, só foram possíveis quando houve iniciativas públicas que buscassem melhorias na qualidade de vida de áreas com graves problemas sociais. A partir disto, a colocação de massas de vegetação mesclada com áreas de eventos e equipamentos de recreação e lazer despertou o interesse imobiliário para o local e consequentemente criaram-se condições adequadas de moradias.

Visto isso, e levando em consideração as características do parque de exposição citadas neste artigo, o parque de exposições em Manhuaçu se torna local propício à implantação de um parque urbano devido sua proximidade com áreas influentes na cidade e por locar-se em território carente de iniciativas urbanísticas em especial as relacionadas à segurança e desenvolvimento social e cultural. Tal projeto funcionaria como um meio de valoriza-lo e utilizar de seus recursos de forma

sustentável através de um maior desenvolvimento econômico, devido os investimentos gerados na região e a valorização imobiliária.

3. CONCLUSÃO

O presente artigo teve por objetivo estabelecer um paralelo entre as revisões bibliográficas feitas e a área delimitada para estudo de modo a contribuir para o entendimento da atual situação dos espaços públicos existentes na cidade de Manhuaçu – MG, tendo o Parque de Exposição como objeto de estudo a fim de analisar suas potencialidades, seus usos e sua relevância no contexto urbano da cidade assim como na melhoria da qualidade de vida da população.

Ao decorrer do estudo e análises, percebe-se a importância da inserção e preservação dos logradouros para o contexto urbano das cidades de pequeno e médio porte. Espaços que são planejados com foco na diversidade de usos e acessíveis a variadas faixas etárias, e conseguem se manter preservados proporcionam melhorias para a cidade como um todo, além de dar a ela um novo significado, pois passa a ter o semblante da sociedade ao funcionar como peça importante no convívio social, no desenvolvimento urbanístico além de transmitir à população uma maior sensação de segurança e bem estar.

Na cidade de Manhuaçu, assim como nas demais cidades brasileiras de pequeno porte, é notável a existência de espaços abertos inseridos na malha urbana que contrapõe a sua verdadeira função de proporcionar lazer e cultura aos moradores, servindo apenas de ponto de referência em localização. Porém, apesar da realização de eventos culturais e esportivos na cidade, percebe-se a falta de iniciativas política pública que vise planejar novas áreas adequadas e bem estruturadas para esse fim, tampouco de recuperar os logradouros existentes pra prática de atividades notavelmente procuradas pela população. Certifica-se então, que a falta de equipamentos urbanos novos e reabilitados, influencia o cotidiano dos cidadãos, fazendo com que a apropriação de lugares inseguros seja corriqueira.

O parque de exposições e eventos Prefeito Fernando Maurílio Lopes, por sua vez, é uma ótima área disponível e bem localizada, contudo, foi idealizada para um único uso e por isso perde a chance de proporcionar ao município benefícios ainda maiores. Sendo assim, o citado centro de eventos da cidade deveria ser, de forma definitiva, cedido à administração municipal que, inserindo articulações público-privadas por meio de parcerias com instituições interessadas na temática, possibilitariam condições ideais para realizar uma ressignificação e adequação às necessidades dos usuários, respeitando todas as premissas descritas de espaços públicos de lazer, acessibilidade, paisagismo, recreação, contemplação e atração turística, bem como em respeito às legislações do município de modo que estimule a sociabilidade e diversidade, contribuindo significativamente na requalificação de Manhuaçu e região.

4. REFERÊNCIAS

ALOMÁ, P. R. **O espaço público, esse protagonista da cidade.** *Archdaily*. 2013. Disponível em: <<http://www.archdaily.com.br/br/01-162164/o-espaco-publico-esse-protagonista-da-cidade/>>. Acesso em: 17 de abril de 2018.

ANTUNES, R. **Feira da Paz: Bruno e Marrone batem recorde de público em Manhuaçu.** 2017. Disponível em: <<http://portalgarotinho.com.br/feira-da-paz-bruno->>

e-marrone-batem-recorde-de-publico-em-manhuacu/>. Acesso em 19 de junho de 2018.

ARANTES, O. B. F.; MARICATO, E.; VAINER, C. B. **A cidade do pensamento único:** desmanchando consensos. 2^a ed. Petrópolis: Vozes, 2000.

BORJA, J. **Ciudad y ciudadanía dos notas.** WP núm. 177, Instituto de Ciências e Políticas Sociais, Barcelona, 2000.

ARROYO, J. Bordas e espaço público. **Fronteiras internas na cidade contemporânea.** Portal Vitruvius, São Paulo, Arquitextos nº081.02 ano07, fev. 2007. Disponível em: <http://www.vitruvius.com.br/revistas/read/arquitextos/07.081/269> Acesso em: junho de 2010.

BOTELHO, T. R. **Revitalização de centros urbanos no Brasil: uma análise comparativa das experiências de Vitória, Fortaleza e São Luís.** Revista Eure. Santiago de Chile, v. 31, n. 93, pp. 53-71, ago, 2005.

DEL RIO, V. **Desenho de revitalização da área portuária de Rio de Janeiro.** 1991. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1991.

GEHL, J. **Cidade para pessoas.** São Paulo: Perspectiva, 2013.

GEHL, J.; GEMZOE, L.; KIRKNAES, S. **New City Life.** Copenhague: *The Danish Architectural Press*, 2006.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social.** 4^a ed. São Paulo: Atlas, 1995.

GROSSO, K. S. S. **Intervenções urbanísticas como estratégia para o desenvolvimento local e revalorização da imagem da cidade: análise da revitalização no município de Niterói (RJ).** In: SIMPÓSIO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA DO ESTADO DE SÃO PAULO, 1. 2008, Rio Claro. Anais eletrônicos... Rio Claro, 2008. Disponível em: <http://www2.rc.unesp.br/eventos/igce/simpgeo/lista_trabalhos.php>. Acessado em 22 de Abril de 2018.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Estimativas de população de 2017.** Disponível em:< <http://www.ibge.gov.br>> Acessado em 22/03/2018.

JACOBS, J. **Morte e vida de grandes cidades.** São Paulo: Martins Fontes, 2011.

KLIASS, R. G. **Parques urbanos de São Paulo e sua evolução na cidade.** São Paulo: Pini, 1993.

_____ : **Desenhando paisagens, moldando uma profissão.** São Paulo: SENAC, 2006. Parque da Juventude. Disponível em: <<http://aflalogasperini.com.br/blog/project/parque-da-juventude/>>. Acesso em 22 de Abril de 2018.

LYNCH, K. **A imagem da cidade.** Lisboa: Edições 70, 1988. 205 p.

MACEDO. S. S.; SAKATA, Francine Gramacho. **Parques Urbanos no Brasil**. 2^a ed. São Paulo: Quapá, 2010.

MACEDO. S. S. **Quadro do paisagismo no Brasil**. 2^a ed. São Paulo: Quapá, 2015.

MANHUAÇU, Administração Municipal. **Revisão do Plano Diretor Municipal. Plano de mobilidade urbana**. Manhuaçu, MG. 2016. Disponível em: <www.manhuacu.mg.gov.br/detalhe-da-materia/...plano-diretor-de-manhuacu/58475>. Acessado em 08 de junho de 2018.

_____. **A cidade**. Disponível em: <<http://www.manhuacu.mg.gov.br/detalhe-da-materia/info/historia/6498>>. Acessado em 01 de junho de 2018.

PEREIRA, M. **Parque da Juventude: paisagismo como ressignificador espacial**. *Archdaily*, 2017. Disponível em: <<https://www.archdaily.com.br/br/880975/parque-da-juventude-paisagismo-como-ressignificador-espacial/>>. Acesso em 22 de abril de 2018.

PORTAL MANHUAÇU, **22º Simpósio de cafeicultura**. 2018. Disponível em: <http://www.manhuacu.com/artigo/ler/aciam_comemora_excelentes_resultados_do_22o._simposio_de_cafeicultura/>. Acesso em 19 de junho de 2018.

SALES, P. M. R. **Operações urbanas em São Paulo: crítica, plano e projeto, Parte 1**, Introdução. Arquitextos, n. 059.07, ano 05, abr. 2005. Disponível em: <<http://www.vitruvius.com.br/arquitextos/arq000/esp295.asp>>. Acesso em 22 de abril de 2018.

SANCHES, P. M. **De áreas degradadas a espaços vegetados**. 2011. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2011.

SERPA, Ângelo. **O espaço público na cidade contemporânea**. São Paulo: Contexto, 2007. 205 p.